Vol. 0, nº 25 segunda-feira, 8 de maio de 2023 · ISSN 3086-9293

OBSERVATÓRIO

EVOLUTA

Notícias e análises da administração pública evoluta.adm.br/observatorio

INSIGHTS E IDEIAS DE BOA GESTÃO

Policy Design Framework: uma abordagem para garantir a sustentabilidade das políticas públicas

O Policy Design Framework é uma abordagem inovadora que tem ganhado destaque na elaboração de políticas públicas sustentáveis. Trata-se de um conjunto de diretrizes que visa garantir a eficácia e a durabilidade das políticas, considerando a perspectiva técnica, política e…

NESTE NÚMERO

Policy Design Framework: uma abordagem para garantir a sustentabilidade das políticas públicas 1

Prazos e expediente 4

ISSN 3086-9293 · Vol. 0, nº 259 00025 >

O Policy Design Framework é uma abordagem inovadora que tem ganhado destaque na elaboração de políticas públicas sustentáveis. Trata-se de um conjunto de diretrizes que visa garantir a eficácia e a durabilidade das políticas, considerando a perspectiva técnica, política e organizacional. A sustentabilidade das políticas públicas é fundamental para a promoção de um desenvolvimento econômico, social e ambiental de longo prazo, e o Policy Design Framework é uma ferramenta valiosa para alcançar esse objetivo.

A elaboração de políticas públicas eficientes é um desafio constante para governos e organizações, e a abordagem do Policy Design Framework tem se mostrado promissora na busca por soluções sustentáveis e eficazes. A partir da consideração de três eixos fundamentais - tecnicamente correto, politicamente suportável e organizacionalmente implementável - o Policy Design Framework ajuda a identificar lacunas e falhas nas políticas, bem como possíveis conflitos de interesse que possam afetar sua implementação.

Em um contexto em que as demandas e os desafios se tornam cada vez mais complexos e interdependentes, o Policy Design Framework surge como uma ferramenta crucial para garantir a efetividade e a eficiência das políticas públicas. Nesse sentido, a Evoluta se destaca como uma consultoria especializada em aplicar essa abordagem inovadora na elaboração de políticas públicas sustentáveis e eficazes, contribuindo para o desenvolvimento de organizações públicas e privadas.

Os três eixos do Policy Design Framework

Os três eixos do Policy Design Framework são fundamentais para garantir a sustentabilidade das políticas públicas. O primeiro eixo, tecnicamente correto, tem como objetivo assegurar a qualidade técnica das políticas, considerando os aspectos relacionados aos conhecimentos

ISSN 3086-9293 · Vol. 0, nº 25 (8 maio 2023)

e às boas práticas disponíveis no campo específico de cada política. Isso implica na adoção de metodologias e tecnologias adequadas para cada caso, bem como na realização de estudos técnicos para aprimorar a formulação da política.

O segundo eixo, politicamente suportável, considera as implicações políticas das políticas, avaliando os interesses, as preferências e as demandas dos diversos atores envolvidos no processo de formulação e implementação da política. Nesse sentido, é fundamental buscar um equilíbrio entre as demandas políticas e as necessidades técnicas da política, a fim de garantir sua sustentabilidade e eficácia.

Por fim, o terceiro eixo, organizacionalmente implementável, tem como objetivo garantir a capacidade da organização em implementar a política. Para isso, é necessário levar em conta os recursos humanos, financeiros e tecnológicos disponíveis, bem como a cultura organizacional e as dinâmicas de poder dentro da organização. A implementação da política deve ser acompanhada de perto, a fim de garantir que as ações planejadas sejam realizadas conforme o planejado e que as metas e os objetivos da política sejam alcançados.

A combinação desses três eixos, tecnicamente correto, politicamente suportável e organizacionalmente implementável, permite que as políticas públicas sejam elaboradas e implementadas de forma sustentável, garantindo a efetividade e a eficiência das ações realizadas. A Evoluta se destaca como uma consultoria especializada em aplicar essa abordagem inovadora na elaboração de políticas públicas sustentáveis e eficazes, contribuindo para o desenvolvimento de organizações públicas e privadas.

Como o Policy Design Framework contribui para a sustentabilidade das políticas públicas

Ao identificar as lacunas e falhas na política, o Policy Design Framework permite que a equipe responsável possa desenvolver soluções para corrigir essas questões antes da implementação da política em si. Isso aumenta a chance de sucesso da política e evita problemas futuros.

A identificação de possíveis conflitos de interesse é outra forma pela qual o Policy Design Framework contribui para a sustentabilidade das políticas públicas. Ao considerar as implicações políticas das políticas, a abordagem pode ajudar a equipe a entender como diferentes grupos e interesses podem ser afetados pela política e se há conflitos de interesse a serem evitados. Isso pode evitar situações de crise e garantir que a política seja justa e igualitária para todos os envolvidos.

Por fim, a melhoria da efetividade e eficiência da política é uma contribuição significativa do Policy Design Framework para a sustentabilidade das políticas públicas. Ao considerar a capacidade da organização em implementar a política e a qualidade técnica da política, a abordagem permite que a equipe crie políticas mais eficientes e eficazes, que possam produzir resultados positivos de maneira sustentável. Isso leva a melhores serviços prestados à população, maior confiança na administração pública e melhores resultados para a sociedade como um todo.

Como aplicar o Policy Design Framework na prática

Ao aplicar o Policy Design Framework na prática, é possível criar políticas públicas mais sustentáveis e eficazes. Estudos de caso bem-sucedidos podem ser utilizados como exemplos para ilustrar a efetividade dessa abordagem. Por exemplo, o programa Bolsa Família é um caso de sucesso de política pública no Brasil que utilizou o Policy Design Framework para garantir a sustentabilidade da política. Através da identificação das necessidades da população, a criação de indicadores de avaliação e monitoramento, e a participação da sociedade civil, foi possível implementar uma política pública que beneficiou milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Outro exemplo é a política de reciclagem de resíduos sólidos na cidade de Curitiba, que utilizou o Policy Design Framework para criar um programa de coleta seletiva que envolveu a participação da comunidade e a capacitação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Esses exemplos mostram como o Policy Design Framework pode ser aplicado na prática, gerando resultados efetivos e sustentáveis para as políticas públicas.

Desafios na implementação do Policy Design Framework

A implementação do Policy Design Framework pode enfrentar alguns desafios que precisam ser superados para garantir o sucesso da política pública sustentável. Um dos maiores desafios é a resistência ao novo modelo, principalmente em organizações públicas e privadas que já possuem suas próprias metodologias e abordagens. Para superar essa resistência, é importante que haja um engajamento efetivo de todas as partes interessadas, com a realização de reuniões, workshops e treinamentos para que todos possam entender os benefícios do novo modelo e como ele pode melhorar a qualidade e eficiência das políticas públicas.

Outro desafio na implementação do Policy Design Framework é a dificuldade de aplicá-lo em grandes organizações com várias áreas e departamentos. Em organizações complexas, muitas vezes existem interesses conflitantes e hierarquias que podem dificultar a implementação da política. Nesses casos, é importante envolver os líderes e as equipes de todas as áreas para que possam trabalhar juntos em prol da política sustentável, com clareza e transparência sobre o processo de implementação e com a definição de papéis e responsabilidades claros.

É fundamental que as organizações estejam preparadas para lidar com esses desafios, pois a implementação bem-sucedida do Policy Design Framework pode trazer diversos benefícios, incluindo uma melhoria significativa na qualidade e eficiência das políticas públicas, a identificação de lacunas e falhas na política, a consideração de possíveis conflitos de interesse, além da identificação de novas oportunidades para inovação e melhoria contínua.

Para superar esses desafios, é preciso uma abordagem estratégica e colaborativa, com a participação de todas as partes interessadas, incluindo líderes, colaboradores, parceiros e a sociedade civil. O engajamento e a comunicação efetiva são fundamentais para que todos possam entender a importância da sustentabilidade das políticas públicas e como o Policy Design Framework pode ajudar a alcançá-la.

ISSN 3086-9293 · Vol. 0, nº 25 (8 maio 2023)

Papel da sociedade civil na aplicação do Policy Design Framework

A participação e colaboração da sociedade civil na elaboração de políticas públicas sustentáveis são fundamentais para garantir a efetividade e a adequação dessas políticas às necessidades e demandas da população. A inclusão da sociedade civil no processo de formulação de políticas públicas pode ser feita por meio de consultas públicas, audiências e fóruns participativos, onde cidadãos, organizações não governamentais e outros grupos podem contribuir com ideias, sugestões e críticas em relação aos projetos de políticas públicas em desenvolvimento.

Além disso, a sociedade civil também pode desempenhar um papel importante na fiscalização e monitoramento da implementação das políticas públicas, garantindo que as ações previstas sejam de fato realizadas e que os recursos alocados sejam utilizados de forma eficiente e eficaz. Isso pode ser feito por meio de mecanismos de transparência e prestação de contas, como a disponibilização de informações sobre a execução das políticas públicas, relatórios periódicos e auditorias independentes.

A colaboração entre a sociedade civil e o governo é uma das chaves para o sucesso na implementação do Policy Design Framework, pois permite a construção de políticas públicas sustentáveis, que levam em conta não apenas as necessidades técnicas e políticas, mas também as demandas e interesses da população. A participação da sociedade civil também ajuda a construir a confiança e a legitimidade das políticas públicas, aumentando a adesão e o compromisso com as ações propostas.

No entanto, a participação da sociedade civil na elaboração e monitoramento de políticas públicas enfrenta alguns desafios, como a falta de acesso à informação e a desigualdade no acesso a espaços de participação. É importante que o governo trabalhe para garantir que esses obstáculos sejam superados, oferecendo informações claras e acessíveis sobre as políticas públicas e criando mecanismos para garantir a participação de todos os setores da sociedade.

Além disso, é fundamental que a sociedade civil seja capaz de exercer seu papel de fiscalizadora das políticas públicas de forma efetiva e independente, sem sofrer pressões ou retaliações por parte do governo ou de outros atores políticos. Para isso, é necessário o fortalecimento de mecanismos de controle social, como a imprensa livre, organizações da sociedade civil e outras formas de engajamento cidadão.

Em resumo, a participação e colaboração da sociedade civil são elementos fundamentais para a construção de políticas públicas sustentáveis e eficazes, que respondam às necessidades e demandas da população. O envolvimento da sociedade civil na elaboração e monitoramento de políticas públicas ajuda a garantir a transparência, a legitimidade e a efetividade das ações propostas, contribuindo para a construção de um Estado mais democrático, participativo e responsável.

Conclusão

Em conclusão, o Policy Design Framework é uma abordagem valiosa para garantir a sustentabilidade das políticas públicas. Ele fornece uma estrutura clara e abrangente para a concepção, implementação e avaliação de políticas públicas, levando em conta a qualidade técnica, a viabilidade política e a capacidade organizacional. A aplicação deste framework pode ajudar na identificação de lacunas e falhas nas políticas, na mitigação de possíveis conflitos de interesse e na melhoria da efetividade e eficiência das políticas públicas.

Apesar dos desafios na implementação do Policy Design Framework, tais como resistência ao novo modelo e dificuldades em grandes organizações, há exemplos de sucesso na aplicação deste modelo, como as políticas públicas sustentáveis em Copenhague e Nova York.

Além disso, a participação e colaboração da sociedade civil na elaboração e implementação de políticas públicas sustentáveis é fundamental. A sociedade civil pode ajudar a garantir a transparência, a responsabilidade e a legitimidade das políticas públicas, além de contribuir para a sua efetiva implementação através da fiscalização e monitoramento.
Em resumo, a adoção do Policy Design Framework pode trazer muitos benefícios para a elaboração de políticas públicas sustentáveis e para a sociedade como um todo. É importante lembrar que a continuidade da política é fundamental para manter a sua sustentabilidade e impacto a longo prazo.

Matheus Delbon, administrador público graduado pela UNESP, advogado graduado pela UNIP, especialista em Direito Empresarial pela FGV Law, Pós Graduado em "Public Leadership Credential" na Harvard Kennedy School, Diretor da Evoluta, diretor da Federação Nacional dos Administradores (FENAD) professor e coordenador de pós graduação da Fundação Armando Álvares Penteado- FAAP.

Próximos prazos

16/11	eSocial, EFD-Reinf e DCTFWeb: obrigações mensais da folha (Competência outubro/2026: eSocial (S-1200, S-1202 e S-1299) e EFD-Reinf)
20/11	Repasse mensal à Câmara (art. 29-A) e limites de gasto do Legislativo (Repasse de novembro de 2026)
30/11	eSocial, EFD-Reinf e DCTFWeb: obrigações mensais da folha (Competência outubro/2026: DCTFWeb)
30/11	RPPS: DAIR, DIPR, DPIN e DRAA à Secretaria de Previdência (DAIR de outubro/2026)
30/11	RPPS: DAIR, DIPR, DPIN e DRAA à Secretaria de Previdência (DIPR do 5º bimestre de 2026)
30/11	13º salário dos servidores municipais (Empregados CLT (Lei nº 4.749/1965, art. 2º): fim da janela do adiantamento (1ª parcela) em 2026)

Datas sujeitas à confirmação no ato de cada ano e na lei local. Calendário completo: evoluta.adm.br/prazos/

EVOLUTA

Eficiência e inovação na gestão.

A Evoluta reúne a Evoluta Assessoria e o Instituto Evoluta e atende prefeituras, câmaras municipais, autarquias, terceiro setor e organizações de políticas públicas, com atuação em mais de 100 cidades, em todos os estados do Brasil.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Gestão Pública & Desenvolvimento Institucional · Projetos & Processos · Escola de Governo · GovTech & Produtos Digitais · Comunicação Institucional & Legislativa · Parcerias & Compras Públicas

SERVIÇOS LIGADOS AOS TEMAS DESTE NÚMERO

Reforma Administrativa da Prefeitura
Reestruturação do organograma, das competências e das unidades da administração direta e indireta, com elaboração dos…

Estruturação de Projetos Estratégicos
Transformação de demandas organizacionais em projetos com objetivos, escopo, entregas, cronograma, responsáveis e estimativa dos recursos…

Responsabilidade do Gestor Público
Improbidade administrativa, LINDB e erro grosseiro como parâmetros para a tomada de decisão.

WhatsApp
+55 16 3331-5868
Cursos gratuitos
Escola de Governo: 7 cursos on-line com certificado
evoluta.adm.br/ead

OBSERVATÓRIO
EVOLUTA
Publicação diária de notícias e análises da administração pública

EXPEDIENTE

Editor responsável	Matheus Bernardo Delbon
Corpo editorial	Charles Vinícius, Caique Camilo e Gustavo Bispo
Editora	Instituto Evoluta, CNPJ 52.385.606/0001-96. Rua São Bento, 1.271, Centro, Araraquara-SP, CEP 14801-300
Periodicidade	Diária
Este número	Vol. 0, nº 25 (8 maio 2023)
Redação	observatorio@evoluta.adm.br
ISSN	3086-9293

Número on-line